

## APRESENTAÇÃO

## FOREWORD

### FORMAS E SUBSTÂNCIAS DO PÚBLICO – PARTE 2: ARTE E RELIGIÃO

Em continuidade ao dossiê “Formas e substâncias do público”, esta segunda parte enfoca investigações acerca de artes e de religiões. É irrefutável a importância do público nas experiências que carregam predicados artísticos e religiosos. Por um lado, o público aparece como destinatário e, em alguma medida, condição da realização artística. Por outro lado, as religiões não se detêm à consciência individualizada de seus fiéis, influenciando bastante a configuração do que compreendemos como sendo público. Assim, a natureza do público continua como aspecto central deste volume. Em relação às artes, especialmente à música, os textos reunidos apontam a substância criativa da ação do público. Quanto às religiões, a tônica das investigações relatadas apontam formas de interpenetração entre público e privado.

Portanto, neste segundo momento, o dossiê aborda a criatividade de públicos em processos artísticos, bem como põe em análise valores religiosos que ultrapassam as fronteiras do privado, configurando práticas e processos públicos que configuram as diretrizes do que possamos considerar como espaço, esfera ou, de modo mais amplo, coisa pública. Além das reflexões retrospectivas e teóricas fortemente apoiadas no pragmatismo americano e na *Actor-Network Theory* que marcam os textos envolvendo Antoine Hennion, há ainda outro artigo relacionado à música em Portugal. Já os textos relativos à religião, enfocam o Brasil, remontando ao período colonial e avançando sobre uma longa história brasileira para alcançar, no texto de Karina Areias, uma conclusão alinhada ao “pluralismo agonístico”, de Chantal Mouffe, segundo o qual, a presença das religiões na vida pública não representa perda de poder estatal, nem ameaça à ordem democrática. O texto de Marcelo Camurça, por sua vez – apesar de também se referir à separação entre Estado e Igreja no processo de formação constitucional da República brasileira, ao final do século XIX –, tematiza mais centralmente as eleições presidenciais de 2018 neste país e a influência contemporânea de cristianismos conservadores na vida política nacional.

Deste modo, esta segunda parte do dossiê reúne investigações bastante distintas realizadas por pesquisadores de diferentes nacionalidades: três brasileiros, dois franceses e uma portuguesa. Além desta apresentação, temos cinco artigos, sendo três focados em artes (especialmente música) e dois dedicados a estudos das interfaces das religiões com a coisa pública. Para sintetizar as intenções de tais textos, discorreremos a seguir sobre o que é possível encontrar em cada um deles.

Em primeiro lugar, há um artigo do sociólogo francês Antoine Hennion, professor e Diretor de Pesquisas no Centro de Sociologia da Inovação, da *École des Mines ParisTech*, situado em Paris, França. Neste texto, intitulado “Tocar, interpretar, escutar: praticar a música ou fazê-la agir?”, Hennion retoma uma questão que lhe é muito cara: a mediação, seja em suas reflexões teóricas acerca da sociologia, seja em seu trabalho empírico sobre a música. Neste trabalho específico, a música é colocada em primeiro plano e o autor a analisa em dupla perspectiva: da obra e de seu público. Neste modelo investigativo, a performance é central para compreender a música, tanto a performance da própria obra, isto é, sua execução por músicos, quanto a performance ativa de quem a aprecia. Assim, o autor demonstra que, para existir, uma obra musical deve ser praticada, o que supera a habitual oposição dual entre produção e recepção do trabalho artístico, reconhecendo uma multiplicidade de camadas que envolvem e se superpõem ao acontecimento musical.

O texto seguinte mantém o foco sobre o trabalho de Antoine Hennion a partir do relato e da discussão de trechos de uma entrevista concedida pelo francês à sua colega portuguesa Paula Guerra. Junto com Alix Sarrouy e Marcílio Brandão, Paula Guerra compõe o trio de autores deste artigo intitulado “Antoine Hennion: música, mediação e amadores”. Assim como o entrevistado, os três autores são sociólogos. Alix Sarrouy, de origem francesa, é pesquisador estabelecido em Portugal e vinculado à Universidade Nova de Lisboa. Marcílio Brandão é pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Paula Guerra é professora e pesquisadora junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste artigo, os autores dão ênfase à interpretação que Hennion faz da música como um processo que é também subjetivo, no qual os públicos são agentes reflexivos e criativos. Esta linha de abordagem foi sustentada na referida entrevista concedida em 2015 em meio a atividades que o entrevistado desenvolveu em Portugal. Os autores retomam esta entrevista como ponto de partida para

apresentar uma síntese das contribuições de Antoine Hennion à compreensão da importância dos amadores e da mediação no processo musical.

Escrito especialmente para este dossiê, o artigo a seguir, intitulado “Espaços liminares de sociabilidade contemporânea”, registra reflexões de Paula Guerra acerca do Festival Paredes de Coura, realizado todos os anos desde 1993 na cidade portuguesa que dá nome ao festival. A autora aborda inicialmente as diferentes teorias relativas aos públicos e audiências e, em seguida, postula que os festivais musicais exemplificam mudanças recentes no papel dos públicos das artes. Paula Guerra afirma esta experiência de festival como uma passagem da atitude passiva à experiência carnal total e participativa. Repercutindo uma longa trajetória de análise da fruição, consumo e vivência da música, a autora põe em revista alguns de seus textos anteriores e apresenta o Festival que enfoca a partir da análise etnográfica. O texto expõe uma multiplicidade de experiências que ocorrem em um dos mais emblemáticos festivais portugueses de verão, demonstrando como tais eventos são um dos principais indicadores para compreender a elaboração e a projeção das identidades de jovens e de outros segmentos sociais na contemporaneidade.

Rumo à segunda questão central desta parte do dossiê, o quarto artigo se intitula “Para além da secularização: trajetória da relação entre religião e espaço/esfera pública no Brasil”. Escrito por Karina Areias – licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestra e doutoranda em Sociologia na mesma Universidade – este texto demonstra que o Brasil se tornou um país católico por imposição dos colonizadores e o catolicismo foi a religião oficial brasileira até à proclamação da República. Após a separação entre Estado e Religião, com a instauração da República, o catolicismo não se restringiu ao mundo privado e continuou a exercer influência no âmbito público, inclusive através de concessões legais. Esse quadro permitiu que não só a Igreja Católica continuasse a exercer influência na sociedade brasileira, como também suscitou disputas entre outras religiões, que lentamente passaram a reivindicar neste país sua importância para a vida em sociedade, principalmente no caso do protestantismo. Neste artigo, a autora discute algumas matrizes teóricas da secularização e laicização das sociedades modernas, assim como faz um retrospecto das imbricações entre religiões, espaço e esfera pública no Brasil, concluindo pela já mencionada perspectiva de “pluralismo agonístico”, sustentada por Chantal Mouffe, a partir da qual Karina Areias postula que a presença das religiões na vida pública não ameaça a ordem democrática.

O último artigo do dossiê dá continuidade à discussão sobre a imbricação entre Estado e Religião no Brasil. Intitulado “Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018”, este texto é de autoria do antropólogo Marcelo Camurça, professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, com longa atuação nos estudos da religião. O texto examina a presença da religião na sociedade, no Estado e no espaço público brasileiro. A partir de uma perspectiva histórica e sociológica, Camurça postula que a religião nunca deixou de influenciar o espaço público no país. Ademais, o texto apresenta e discute estratégias pelas quais correntes expressivas de igrejas cristãs (evangélico-pentecostais e católica) ocuparam a política e o Parlamento formando suas bancadas e frentes político-partidárias para estabelecer uma normatividade legal por meio da qual alguns valores de sua dogmática religiosa são convertidos em projetos que regerão a elaboração de leis e políticas públicas. O autor apresenta a conceituação deste processo como “confessionalização da política” ou “publicização da religião”. Com base nesta discussão, o texto analisa a influência de forças religiosas cristãs conservadoras no Congresso Nacional e suas interferências no pleito eleitoral de 2018, que alçou um governo conservador de direita à Presidência da República. Por fim, as consequências dessa interferência religiosa para o Estado Democrático de Direito no país também são tematizadas.

Com isto, publicamos este dossiê com a expectativa de contribuir para a difusão da compreensão de que o público não é receptor passivo nem entidade previamente cristalizada. O público é uma experiência e tem uma dimensão ativa, mesmo quando assume contornos mais específicos e pontuais, a exemplo do público de um espetáculo, como o musical. Ademais, na seara pragmatista aberta por John Dewey, esperamos ter plantado mais uma semente do reconhecimento de que diversos problemas tradicionalmente associados à noção do “privado” têm, na verdade, influência e interesse público, como é o caso das religiões.

Kadma Marques, Lia P. Barbosa, Marcílio D. Brandão

Organizadores